

# REDES, FLUXOS DE INFORMAÇÃO E LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Eliseu Savério Sposito<sup>1</sup>

## RESUMO

As formas de organização industrial no Brasil têm se apresentado diferentemente daquelas relativas aos países “avançados”. A localização das empresas e dos estabelecimentos industriais ainda obedecem a fatores que podem ser considerados clássicos por serem componentes de teorias de localização já superadas no contexto mundial (preço do solo, grau de sindicalização, infra-estrutura, produção de energia, etc.), mesmo em áreas com grande desenvolvimento industrial como o Sudeste do país, principalmente o estado de São Paulo.

Esta hipótese constitui-se o ponto de partida para o debate do que segue:

1. Há a constituição de redes de circulação de informações na Europa e Estados Unidos que podem ser consideradas as bases de uma nova revolução logística.

2. No Brasil, a constituição de redes acompanha, mesmo que de difícil identificação, as transformações nos processos produtivos decorrentes das mudanças, ainda incipientes, do fordismo para o sistema de produção flexível, com alto grau de concentração econômica regional.

3. A resistência do sistema fordista na constituição das empresas e no dimensionamento dos estabelecimentos.

Para tanto, acreditamos que o debate da situação acima descrita deveria considerar os seguintes elementos:

- os conceitos de *território* e *região*, a partir de dados de *fluxos de informação* relacionados com os padrões de localização industrial e com a dimensão econômica, que são orientadores da divisão territorial do trabalho, considerando-se o conceito de *descontinuidade*;

- as noções de *tempo* e de *espaço* e sua dissociação histórica; a sólida presença do *território* e de suas transformações, basicamente determinadas por uma nova divisão internacional do trabalho e pelas novas formas de *produção flexível*;

- a questão do *método* como fundamental no grau de resolução da “apropriação” intelectual do objeto e seu grau de separação entre observado e observante, considerados os avanços na informática.

---

<sup>1</sup>Geógrafo, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP, campus de Presidente Prudente), e coordenador do GASPERR (Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais).

As formas de organização industrial no Brasil têm se apresentado, na relação território/tempo, um pouco diferente daquelas relativas aos países “avançados”. A localização das empresas e dos estabelecimentos industriais ainda obedecem a fatores que podem ser considerados “tradicionais” (preço do solo, grau de sindicalização, infra-estrutura, produção de energia, etc.), mesmo em áreas com grande desenvolvimento industrial como o sudeste do país.

Esta hipótese constitui-se o ponto de partida para o debate do que segue:

1. Há a constituição de redes de circulação de informações na Europa e Estados Unidos que podem ser consideradas as bases de uma nova revolução logística.

2. No Brasil, a constituição de redes acompanha, mesmo que de difícil identificação, as transformações nos processos produtivos decorrentes das mudanças do fordismo para o sistema de produção flexível, ainda com alto grau de concentração econômica regional.

Para tanto, acreditamos que o debate da situação acima descrita deveria considerar os seguintes elementos: os conceitos de *território* e *região*, a partir de dados de *fluxos de informação* relacionados com os padrões de localização industrial e com a dimensão econômica, que são orientadores da divisão territorial do trabalho, considerando-se o conceito de descontinuidade; as noções de *tempo* e de *espaço* e sua dissociação histórica; a sólida presença do território e de suas transformações, basicamente determinadas por uma nova divisão internacional do trabalho e pelas novas formas de *produção flexível*; a questão do *método* como fundamental no grau de resolução da “apropriação” intelectual do objeto e seu grau de separação entre observado e observante, considerados os avanços da informática.

Começemos pelo primeiro item de nossa hipótese. Sobre as redes para circulação de informações, vamos ao histórico das *revoluções logísticas* iniciadas na Europa desde o século XI até o momento, e suas repercussões no território brasileiro.

Segundo ANDERSON (1994),

“as grandes mudanças estruturais da produção, do comércio, da cultura e das instituições são desencadeadas pelas evoluções lentas mais regulares nas ‘redes logísticas’ definidas como os sistemas que asseguram no espaço o movimento das mercadorias, dos serviços, da informação, do dinheiro e das pessoas” (p. 1).

Ele diz que na Europa, atualmente, estamos entrando na “quarta revolução logística”, caracterizada “notadamente pelo crescimento muito rápido dos empregos com forte potencial intelectual, pelo desenvolvimento espetacular do comércio intra-industrial (‘integração continental’), pelo triunfo dos transportes rápidos, avião e caminhão” (28,5% das importações suecas em 1967, 59% em 1983, 81% em 2.000). Isso produzirá necessariamente a aparição de uma nova hierarquia urbana, baseada na interconexão das “Regiões C” (C de Competência, Cultura, Comunicação e Criatividade).

Para chegarmos à quarta revolução logística, o autor enumera as três anteriores:

**Primeira**, começando na Itália no século XI e acabando na Europa do Norte no século XVI.

**Efeitos**: destruição da sociedade feudal, novo estado mercantil em Veneza, redução dos custos de transporte, emergência de uma nova classe de comerciantes nas

encruzilhadas potenciais da Europa: Toscana, Gênova, Bruxelas, embocaduras dos rios da Europa do Norte e do Oeste.

*Características:* desenvolvimento espetacular do comércio à distância; especialização crescente da produção e do emprego na Europa; emergência de novas cidades mercantis e desenvolvimento das facilidades de acesso às cidades que possuíam até 100.000 habitantes; riqueza crescente dos mercadores nas cidades-chaves nessa rede; emergência de uma nova classe com aspirações políticas; emergência de um sistema de redes que vai se concretizar na Liga Hanseática.

**Segunda**, começando na Itália no século XVI e acabando na Europa do Norte no século XIX.

*Efeitos:* crédito comercial e moedas confiáveis; interesse pelas atividades bancárias por parte dos monarcas, da Igreja e dos especuladores; infra-estrutura em expansão lenta.

*Características:* crescimento do comércio polivalente a longa distância; especialização crescente da produção na Europa e a aparição de um sistema industrial sustentado pelo Estado; emergência de novas cidades metropolitanas; aumento na concentração da riqueza; predominância total da nova classe do Estado absoluto; expansão criativa das idéias no nível das ciências e das artes em novos centros (Amsterdã, Paris, Londres) que se tornam os novos nós no centro geográfico da Europa; melhoras no sistema de transporte, com as novas técnicas de navegação e construção naval e com a segurança dos transportes e a qualidade das estradas; abertura dos novos continentes ao sistema de transação.

**Terceira**, começando na Inglaterra no século XVIII e acabando nos países em desenvolvimento, provavelmente no século XXI (e que também pode ser chamada de *Revolução Industrial*).

*Efeitos:* nova divisão do trabalho, que liberou enormes capacidades produtivas; as técnicas de produção não como formas consideradas como dados mas como variáveis no espaço, constituindo-se em fatores determinantes de lucros para o comércio; desenvolvimento marcante da indústria têxtil; indústria separada espacialmente mas integrada no plano da organização.

*Características:* divisão do trabalho entre as diferentes regiões do sistema econômico já mundial; difusão de novas tecnologias inventadas e difundidas para os diferentes pontos de articulação de uma rede integrada verticalmente; desenvolvimento do comércio de longa distância, especialmente na América do Norte; divisão do trabalho entre as regiões; desenvolvimento das cidades industriais próximas às fontes de matérias-primas e às encruzilhadas das redes; expansão das riquezas nas mãos dos novos industriais; emergência e crescimento rápido de duas novas classes, os operários e os capitalistas; adaptação do sistema político aos novos acordos institucionais no plano do mercado de trabalho e a proteção da propriedade; desenvolvimentos criativos da ciência, das técnicas e das artes na América do Norte, além da Europa; nascimento de uma nova rede internacional de centros industriais, agora com orientação preferencial no Atlântico Norte.

**Quarta**, começando no Japão, nos Estados Unidos, na Suíça, na Alemanha de Oeste e na Suécia no final do século XX.

*Efeitos e características:* nova rede de transporte aéreo; desenvolvimento das capacidades dos computadores, com programas eficazes (o que ainda é um problema custoso e pesado); rapidez e confiabilidade dos sistemas de transporte por caminhão, como forma de transporte direto e rápido; comércio intra-industrial; nova hierarquia

urbana, com a decadência das cidades industriais da fachada atlântica e o desenvolvimento de centros de educação superior (regiões C); nova estrutura política baseada na importância crescente das profissões com forte potencial intelectual.

Na Europa, a emergência dessa quarta revolução logística pode ser compreendida quando verificamos as mudanças nos sistemas produtivos, ou seja, da crise do fordismo à produção flexível. Inicialmente, podemos dizer, de acordo com FISCHER (1994) que a crise do fordismo pode ser explicada por três fenômenos:

O primeiro deles pode assim ser descrito: “a produção de massa e o consumo de massa conduziram inevitavelmente a um grande crescimento das capacidades de produção, sem relações com a progressão das capacidades reais de consumo, a uma saturação progressiva dos mercados de bens duráveis, a uma situação de *sobrecapacidade permanente* nos numerosos ramos de atividade e a uma superacumulação do capital investido”.

O segundo pode ser explicado pela “*turbulência monetária e financeira* nos mercados mundiais” em virtude de “uma desvalorização do dólar e às flutuações gerais das moedas” porque “a rentabilidade do capital investido não está mais assegurada” em virtude das “ondas deflacionistas que se multiplicam enquanto cresce o endividamento geral”.

O terceiro fenômeno “traduz os efeitos do primeiro choque do petróleo de 1973-1974” que exige maiores somas das empresas para a compra de sua energia em detrimento dos investimentos em atividades produtivas.

Esses acontecimentos foram fundamentais para a crise do fordismo e a consequente modificação progressiva da divisão internacional do trabalho (p. 63-65).

As mudanças estruturais e as novas estratégias adotadas pelas empresas capitalistas podem, segundo FISCHER (1994), ser verificadas por:

1. A desintegração interna, que corresponde “ao fracionamento do sistema produtivo e se exprime em particular no plano funcional pela tendência crescente a diferenciar, mesmo entre as empresas, as funções diretamente ligadas à produção material - funções fortemente estandarizadas e frequentemente deslocadas para os espaços periféricos - das funções peri-produtivas a montante e a jusante - mais exigentes em matéria de formação intelectual e técnica da força de trabalho”.

2. A realocação industrial - principalmente no ramo da eletrônica - e o desenvolvimento de relações de sub-contratação, fazendo com que, na escala regional, a criação de redes de pequenas e médias empresas de sub-contratação provoque maior impacto nas estruturas produtivas.

3. Finalmente, a adoção de *tecnologias flexíveis* modifica radicalmente os processos de produção, porque essas tecnologias são aquelas “que permitem diversificar as funções da máquina e as características técnicas dos produtos fabricados, que permitem sobretudo modificar rapidamente uma fabricação de maneira a reagir mais rapidamente a uma mudança no mercado, e isto, sem provocar crise na obtenção das economias de escala e de variedade”. As tecnologias flexíveis implicam numa “redefinição dos produtos, na simplificação e na estandarização dos componentes e dos bens intermediários, uma boa conexão entre as diversas funções da firma, em particular em matéria de fluxo de informações internas”, tornando-se “a variável estratégica fundamental da competição e da regulação”, e provocando uma

requalificação ou “uma formação específica da força de trabalho”, cujos efeitos uma “precarização acelerada do emprego” (p. 66-73).

**Tabela 1. Parte, no comércio mundial, dos países segundo os diferentes tipos de economia**  
1991, em %

	exportações	importações	total
País com economia de mercado	72,0	72,8	72,4
Países em desenvolvimento - PVD	25,6	24,1	24,8
Países socialistas e ex-URSS	6,8	6,2	6,5

**Tabela 2. Parte dos grandes parceiros no comércio mundial**  
- cálculos, em %, feitos sobre o valor das trocas

	1960	1973	1983	1991
Europa de Oeste	41,60	45,48	38,4	45,32
América do Norte	17,97	16,60	16,20	16,06
Japão	3,28	6,41	7,37	7,77
Terceiro Mundo	22,02	17,87	25,34	23,78
Países Socialistas	10,76	10,24	10,61	5,07

Se voltamos nossos olhos para o caso brasileiro (e aqui estamos entrando na discussão do segundo item de nossa proposta), podemos já observar que a evolução recente da logística pode ser entendida com os “mapas” da infra-estrutura no centro-sul do país, principalmente no que concerne à formação de redes de informação, e suas ligações com o Mercosul, por exemplo (abertura de filiais de bancos brasileiros na Argentina, etc.). Por outro lado, como testemunho de formas persistentes na organização sócio-econômica, podemos citar a recente “revoada” de empresários a Brasília, o que demonstra a agonia das elites tradicionais ligadas à indústria no país, submetidas diretamente ao capital bancário e às suas determinações sobre o preço do dinheiro (mais à frente veremos que este fato também é um efeito da mundialização do capital).

A expansão do café pelo interior de São Paulo tornou-o o maior mercado nacional e o principal estado industrializado do país. Com a integração do território nacional, principalmente a partir dos anos trinta, quando se consolida a industrialização, expande-se inicialmente a rede ferroviária, até os anos 60, para depois ser privilegiada a expansão das rodovias, que atinge 300% na década de 70. Segundo DIAS (1995), “a dinamização de todas as atividades que vai acarretar a riqueza cafeeira estimula o crescimento urbano e a criação dos serviços públicos, elementos que não

significam nada menos que uma renda de situação para as empresas paulistas” (p. 161). Em outras palavras, “com a integração gradual do território nacional, com a extensão da rede ferroviária e depois da rede rodoviária, forja-se um processo de enfriamento dos entraves à livre circulação de matérias-primas, de produtos acabados e da mão-de-obra”. Essa unificação do mercado brasileiro “aviva a concorrência entre as empresas; nesta confrontação, as chances não são iguais, porque já se sabe que as empresas paulistas detêm” o comando (p. 161).

A seletividade que vai configurando o território brasileiro é determinada pelos fluxos de informação que ligam as cidades e que podem ser definidas por dois fenômenos concomitantes: “a valorização das atividades manufatureiras, agrícolas e mineiras sobre o conjunto do território e a concentração de funções de comando em alguns poucos pontos deste mesmo território” (DIAS, 1995:163). A divisão territorial do trabalho obedece às mesmas estratégias de localização tanto das organizações econômicas quanto das organizações voltadas aos fluxos das informações. E é com essas aparentes semelhanças e reais contradições que, atualmente, com a mudança das formas de produção, predominantemente ainda do fordismo, no caso brasileiro, para atividades de produção flexível, que vai se re-estruturando a divisão interna do trabalho no Brasil, apontando, com o fenômeno chamado Mercosul, para novas relações de centralização e concentração econômica no centro-sul do país.

Tabela 3. **Distribuição espacial dos valores da produção agrícola e industrial.**  
1970-1980, em %

<i>Região/Estado</i>	<i>produção agrícola</i>		<i>produção industrial</i>	
	1970	1980	1970	1980
NORTE	3,1	3,8	1,0	2,6
Acre	0,4	0,2	0,0	0,0
Amapá	0,0	0,0	0,2	0,1
Amazonas	1,0	0,8	0,3	1,5
Pará	1,4	2,3	0,4	0,8
Rondônia	0,2	0,4	0,0	0,1
Roraima	0,1	0,1	0,0	0,0
NORDESTE	18,3	17,3	5,8	8,1
Alagoas	1,5	1,6	0,4	0,4
Bahia	6,1	5,7	1,5	3,6
Ceará	1,9	1,9	0,7	0,8
Maranhão	2,1	1,9	0,2	0,2
Paraíba	1,4	1,2	0,3	0,4
Pernambuco	3,2	3,1	2,1	1,9
Piauí	0,8	0,7	0,1	0,1
R. Grande do Norte	0,7	0,8	0,3	0,4
Sergipe	0,7	0,6	0,1	0,2
SUDESTE	37,3	35,7	80,3	72,2
Espírito Santo	1,8	1,9	0,5	1,2
Minas Gerais	12,0	12,8	7,1	8,2
Rio de Janeiro	2,6	1,9	15,5	10,4
São Paulo	20,8	19,0	57,2	52,4
SUL	33,8	32,6	12,0	15,7
Paraná	12,4	12,6	3,0	4,3
Rio Grande do Sul	16,6	14,3	6,3	7,2
Santa Catarina	4,9	5,7	2,7	4,2
CENTRO-OESTE	7,5	10,6	0,8	1,4
Distrito Federal	0,1	0,1	0,1	0,2
Goiás	4,2	5,3	0,4	0,7
Mato Grosso		1,7		0,2
Mato Grosso do Sul	3,2	3,5	0,3	0,3

Fonte: IBGE, 1970,1980 apud DIAS, Leila C. **Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil.**

Paris: L'Harmattan, 1995, p.146.

**Tabela 4. Distribuição do valor adicionado, por setor de atividade, segundo as regiões administrativas do Estado de São Paulo.**

1989, em %

Regiões administrativas	Valor adicionado			
	Total	Agropecuário	Indústria	Terciário
Região metropolitana de São Paulo	54,5	1,6	57,3	58,8
Interior	45,4	98,4	42,7	41,2
Santos	4,2	0,1	3,8	5,5
Registro	0,2	0,5	0,2	0,2
São José dos Campos	6,7	1,7	7,1	7,8
Sorocaba	4,7	8,9	4,9	3,5
Campinas	16,4	17,1	18,8	10,3
Ribeirão Preto	6,0	28,7	4,4	6,2
Bauru	1,7	1,7	1,2	1,2
São José do Rio Preto	1,7	11,4	0,7	0,2
Araçatuba	1,3	7,1	0,5	2,0
Presidente Prudente	1,1	7,0	0,4	1,5
Marília	1,5	9,2	0,7	1,8

Fonte: Secretaria da Fazenda e SEADE (extraído de Negri, 1992, p . 98)

**Tabela 5. Terminais em serviços por 100 habitantes no Estado de São Paulo**

1980-1991

	1980	1985	1991
Brasil	3,6	5,5	6,8
Estado de São Paulo	7,6	10,0	11,7
Região metropolitana de São Paulo	9,3	11,6	13,5
Registro	2,2	3,8	5,1
Santos	11,5	14,8	17,1
São José dos Campos	6,0	7,9	9,6
Sorocaba	4,5	6,2	6,7
Campinas	6,8	9,3	10,3
Ribeirão Preto	5,0	9,9	12,9
Bauru	5,5	6,9	9,1
São José do Rio Preto	4,9	6,6	9,7
Araçatuba	4,2	5,8	7,6
Presidente Prudente	3,9	5,7	6,9
Marília	4,9	6,6	8,1
Araraquara	6,6	9,7	10,4
Barretos	5,2	6,7	9,0
Franca	4,8	8,9	13,2

Fonte: TELESP, SEADE (Extraído de Bessa, 1995).



Se dermos uma olhada para a divisão do trabalho no “mapa” do estado de São Paulo, vamos observar ao redor da metrópole a formação de tecnopolos (Campinas, São Carlos, São José dos Campos), componentes das áreas mais industrializadas (aglomerações de Santos, Sorocaba, Campinas e grande parte do Vale do Paraíba); num desdobramento dessa concentração industrial, nas direções norte e noroeste, a agroindústria voltada para a exportação (laranja, cana-de-açúcar, frangos), nas áreas de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; a pecuária predominando nas áreas de Marília, Presidente Prudente e Araçatuba; e a região de Bauru apresentando-se como uma zona de transição, com a agroindústria da cana-de-açúcar e uma crescente produção industrial urbana (alimentos, papel).

Nas três últimas décadas, podemos dizer que no sudeste do país, principalmente na área economicamente centralizada por São Paulo, há uma perda relativa da participação metropolitana com o crescimento das áreas próximas a ela e de outras áreas localizadas ao norte e a noroeste do estado, e uma diminuição do sudoeste do estado, num movimento que alguns autores denominaram *desconcentração centralizada* porque ela acontece ao mesmo tempo que a indústria “se desconcentra em sua unidade de produção, um movimento inverso da concentração das atividades financeiras e de gestão do capital” (MOURÃO, 1994). Isso acontece sobretudo por causa de tecnologias utilizadas no modelo de produção fordista que separavam as unidades de produção, de pesquisa e de gestão, e os avanços da informática e dos meios de transporte. Essas condições liberaram as empresas a novas estratégias de localização<sup>2</sup>, cuja consequência imediata foi um processo de superurbanização de cidades médias e pequenas no interior, repetindo o processo que anteriormente aconteceu na região metropolitana.

Esse processo mostra as seguintes características:

1. predominância de empresas de grande e médio tamanhos;
2. tendência de localização das empresas em todo o interior do estado de São Paulo, mas com a concentração maior nas regiões do Litoral, do Vale do Paraíba, de Sorocaba, de Campinas e de Ribeirão Preto;
3. falta de articulação entre os ramos industriais nas áreas onde os estabelecimentos foram instalados, principalmente no que concerne às transferências de capitais por ramos (por exemplo: falta de transferência de capitais dos setores agrícola e comercial aos ramos industriais, o que demonstra um menor dinamismo da burguesia localizada no interior em relação à burguesia em escala nacional ou mesmo estrangeira);
4. não influência direta, no processo de centralização, das políticas municipais de atração de indústrias (distritos industriais, isenção de impostos por tempo determinado, concessão de terrenos, por exemplo), dada a forte influência, ainda, desses fatores direcionarem a localização para áreas mais próximas do centro monopolizador;

Neste momento, o “mapa” da divisão do trabalho aponta para a necessidade da discussão do conceito de *descontinuidade*.

Continuando com nosso raciocínio, achamos necessário, para introduzir as idéias sobre o assunto, verificar como dois autores franceses o discutem.

---

<sup>2</sup>Observe-se o que foi já comentado anteriormente sobre as novas estratégias de localização industrial motivadas pelas formas de produção flexível.

Afirmando que “a descontinuidade compreende-se dentro da continuidade das unidades espaciais das quais cada tipo possui sua forma de limites” (p. 18), GAY (1995) define três diferentes momentos na sua análise desse conceito: o primeiro deles, chamado “fisiostenia” ou “vigor da natureza”, mostra que até a Idade Média, “a força da natureza não provinha apenas da ausência de meios suficientemente eficazes para subjugar-la. Ela decorria também do temor de transformá-la”, o que dificultava o questionamento da ordem “providencial estabelecida uma vez por todas” (p. 9). Baseando-se ainda na antinomia *natureza x descontinuidade*, o autor lembra o segundo momento, que ele chama de fisiotomia ou “delimitação que se apóia em elementos naturais”, que vai da Idade Média ao século XVII<sup>3</sup>, quando “os homens começam a dominar eficazmente a natureza” ao “impô-la como elemento de demarcação política” (p. 10). Finalmente, ele explica sua “tomogenia ou origem das delimitações”<sup>4</sup>, para “mostrar toda a complexidade das relações que existem entre o trabalho e os pensamentos dos homens sobre seu redor”, pois “os modos de territorialização, como a criação de redes de comunicação ou de apropriação do solo, dependem principalmente de idéias e de projetos sociais”. Assim, “as descontinuidades são um bom exemplo, mesmo aquelas que têm uma aparência natural”, como por exemplo uma linha de separação entre dois Estados, considerada como descontinuidade, mesmo que não aparente demarcada pela natureza.

Para resumir as idéias de Gay, podemos dizer que a forma e o papel da natureza estão presentes como fortes elementos constitutivos da organização de sua análise, mesmo que ele lembre alguns outros elementos, como a comunicação e a apropriação do solo. A partir dessa constatação é que deveremos analisar o autor seguinte.

Partindo da releitura da tese de Roger Brunet (“a descontinuidade é a manifestação primordial da organização do espaço geográfico e a compreensão da gênese das descontinuidades, como também a maneira como elas se combinam, é a chave da cientificidade da geografia” - p. 54), HUBERT (1993) diz que o caráter dinâmico endógeno à organização geográfica está presente no fato de “a forma e as descontinuidades dos organismos geográficos emergirem de seu dinamismo”. Indo mais além, o autor discute o limite, a escala e a carta como a constatação de uma antinomia<sup>5</sup> (conceito sobre o qual vai insistir sempre), cuja resolução se fará a partir dos estudos de Kant, ao dizer que “os fluxos contribuem a diferenciar a extensão e a reconstituir a descontinuidade” que “deve diferenciar os tipos de fluxos que intervêm no mecanismo (de fluxos de seres humanos ou de matérias) e este deve reorientar aquele, cada um diferentemente na extensão, e conformemente à categorização inicial”(p. 60-61).

Tentando organizar sua proposição mais claramente, HUBERT (1993) considera a determinação da antinomia um quadro formal *a priori* e expõe sua tese: “contrariamente ao desenvolvimento sistêmico que toma a existência do objeto

---

<sup>3</sup>Aqui estamos no período da segunda revolução logística. Esse período também é caracterizado pelas mudanças substanciais na noção de ciência, com sua separação da filosofia, e de universo (espaço).

<sup>4</sup>Este momento consolida-se com a terceira revolução logística (Revolução Industrial) e o avanço dos países capitalistas nas disputas pelos territórios que foram descobertos a partir de 1500. Os processos de mundialização e de globalização vão sendo gestados lentamente nesse período.

<sup>5</sup> *Antinomia* significa “contradição entre leis”: “conflito da razão consigo mesma diante de duas proposições contraditórias, cada uma podendo ser demonstrada separadamente”. Na filosofia kantiana, “a antinomia designa o fenômeno de oscilação da tese à antítese, a razão se encontrando diante do enunciado de duas demonstrações contrárias, mas cada uma sendo coerente consigo mesma” (p. 21).

JAPIASSU, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

geográfico como um dado e encontra um problema para representá-lo como da antinomia, o desenvolvimento estrutural toma a forma do objeto como um *a priori* e seu problema, que é de demonstrar sua realidade específica, parece poder encontrar uma solução. Quando se adota a representação estrutural em geografia, é a compreensão teórica das descontinuidades verdadeiramente reveladoras do objeto que deve permitir descobri-las a partir da observação empírica do substrato” (p. 67).

Embora, na continuidade de sua obra, o referido autor opte pelo caminho de uma abordagem sistêmico-estruturalista, acreditamos que sua tese acima citada, como reflexão para a abordagem do problema, deve ser considerada. Assim, poderíamos repeti-la de uma maneira diferenciada<sup>6</sup>: não é a *forma* do objeto a base de toda a problemática nem sua forma de representação estrutural, mas a *compreensão teórica das descontinuidades* verdadeiramente reveladoras do objeto que deve permitir descobri-las a partir da *observação empírica* do substrato representado pela *dinâmica dos diferentes fluxos de comunicação e suas diferencialidades de localização no território*.

Acreditamos que, uma vez explicitado qualquer recorte territorial de uma pesquisa empírica e definidos os elementos a ser considerados como fundamentais para a análise, as descontinuidades serão detectadas pelo exercício de comparação entre os dados que se referem à dinâmica dos diferentes fluxos de comunicação e suas diferencialidades de localização no território.

Para continuar com nossa argumentação, acreditamos que é interessante verificar as idéias de CHESNAIS (1994) sobre o processo de mundialização do capital. Em sua recente obra, o autor afirma que

“a internacionalização do capital produtivo permaneceu um processo muito estreitamente circunscrito geograficamente e que esse capital está submetido hoje a um conjunto de forças que o conduzem a se reestruturar em se ‘recentrando’ sobre suas bases de origem - exceção feita aos NPIs da Ásia”.

Por outro lado, “o princípio metodológico fundamental da primazia da produção sobre a circulação não se traduziu *em todas as circunstâncias* por investimentos no estrangeiro”, naquilo que pode ser chamado de “competitividade estrutural”. Essas afirmações permitem afirmar que a expansão capitalista mundial, sob a dominação do capital industrial, obedeceu mais a marca da “*financiarização em excesso*, da dominação de um *capital rentista*, talvez usurário, e de operações cada vez mais numerosas gangrenadas pelas redes mafiosas que de um capital orientado para um desenvolvimento das forças produtivas” (P. 265-266).

A atual crise do modo de desenvolvimento é dada pela “chegada aos limites e pelo crescimento das contradições, no seio das formas institucionais as mais *essenciais, aquelas que condicionam o regime de acumulação*”. As formas institucionais foram as seguintes:

a) “o fato do trabalho assalariado ter sido a forma absolutamente predominante da inserção social e do acesso a uma renda” (vejamos hoje as dimensões da luta pela

---

<sup>6</sup>Neste ponto, procuramos ir além das constatações históricas de GAY, que se baseiam principalmente nos aspectos naturais das descontinuidades, ao dizer, parafraseando Jean Gottmann, que “se o nosso globo fosse tão liso quanto uma bola de bilhar, a humanidade não estaria dividida enquanto agrupamentos como os Estados de nosso planeta” (p. 14).

manutenção de níveis de emprego em todo o mundo; o surgimento do chamado desemprego estrutural ou tecnológico);

b) a existência de um ambiente monetário internacional estável;

c) a existência de Estados, dotados de instituições suficientemente fortes para que estas pudessem servir e impor ao capital privado disposições de todo tipo e a disciplinar seu funcionamento, e dispondo de fontes que lhes permitiram muito bem preencher os defeitos setoriais do investimento privado e de relançar a demanda” (p. 253-254).

Seria bom lembrar, como Lênin já escrevia no início do século XX, que o Estado é uma relação social e sua apropriação é decorrente dos conflitos de classes e da hegemonia de uma delas. Assim, o Estado, de maneira muito resumida, tem servido, neste século, como elemento arranizador da hegemonia do capital financeiro e atenuador dos conflitos sociais.

Essa tendência levou a um jogo combinado “que veio deslocar os elementos constitutivos da regulação fordista: rigidificação das estruturas industriais oligopolistas no plano nacional (vide atualmente as políticas de fusões/incorporações bancárias, mesmo com o Estado na base econômica de tudo); crise de todas as determinações da relação salarial fordista; crise fiscal do Estado e questionamento da extensão tomada pelas despesas públicas; deterioração das relações constitutivas da estabilidade do regime internacional” (p. 251), por exemplo.

Assim, o modo de produção dominante mostra “sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado enquanto forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Após ter destruído o campesinato (que ainda resiste em ressurgir em algumas partes do mundo) e grande parte do artesanato urbano desertificando regiões inteiras, faz apelo ao exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrados (...), condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural (...) e acentua, no interior de cada país, as diferenciações profissionais e sociais”. Finalmente, pela “primeira vez em toda a história, o sistema confia a sorte da moeda e da finança completamente ao mercado” e, de outro lado, os “Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a pouca coisa pela crise fiscal” (p. 254).

O efeito depressivo da acumulação mostra a destruição de postos de trabalho superior à criação de novos postos; mostra a baixa de rendas do trabalho assalariado e a redistribuição da renda nacional em favor de *rentistas*, com o aumento dos mercados e dos investimentos financeiros, ao qual a mundialização contribuiu fortemente, com grande seletividade de escolhas e de lugares.

Em termos gerais, podemos dizer que há um processo de desvalorização do espaço na base de um novo processo de concentração, atualmente vinculado ao capital financeiro.

Com isso, temos o seguinte: os limites sociais, políticos e geográficos são fixados pelo modo de desenvolvimento do capitalismo monopolista contemporâneo, considerados os seus fundamentos: a propriedade privada, o lucro, o mercado, o consumismo exacerbado pela publicidade mas também buscado constantemente como base do relançamento da atividade industrial, o produtivismo - *competitividade* - a todo custo sem olhar para as fontes naturais e a repartição do trabalho e das rendas! Vamos aos exemplos: nos EUA, 13,5% da população vive abaixo do “limiar de pobreza” que é fixado em 6.800 dólares por ano (para melhor ver: o que equivale a 570 reais por mês!). Vamos além: 30% da população do terceiro mundo está na Ásia meridional, o que equivale a metade dos pobres “em desenvolvimento”, ou seja, 520 milhões de pessoas,

sendo que 420 milhões estão na Índia. Ainda: 7% dos pobres estão na América Latina, o que equivale a 70 milhões de pessoas, sendo sua maioria localizada nas cidades.

Outros dados, bem gerais, permitem-nos uma panorâmica da distribuição mundial da riqueza: os PVDs tinham, em 1991, um PIB médio per capita de US\$ 2.730 e os países desenvolvidos, média de US\$ 14.860; os fluxos financeiros internacionais são divididos em 80% fora do terceiro mundo e os 20% restantes são destinados muito mais à sustentação dos agentes privados e aos serviços da dívida pública que para resolver problemas de desigualdades sociais.

Outros autores (CLERC, 1993, por exemplo) falam não em mundialização, mas em “regionalização da economia, pela constituição de grandes conjuntos onde cada um tenha peso suficiente para decidir a política econômica que lhe é conveniente” (ex. NAFTA, Mercosul, etc.). Por ora, três grandes polos se delineiam: América do Norte, zona do Pacífico sob a influência japonesa e Europa ocidental, sendo que nenhuma dessas áreas é homogênea, pois nelas as desigualdades “no desenvolvimento (...) e as políticas econômicas estimuladas pelos países dominantes da região correm um grande risco de criar pressões desiguais em cada um dos estados” (p. 440). Assim, nós teríamos uma regionalização freando a mundialização? Ou seria apenas o aparecimento das contradições regionalizadas de um processo mais amplo? Em todo caso, não se pode esquecer que a mundialização, que vem se desenvolvendo desde a primeira revolução logística, atrelada aos processos de globalização das comunicações e dos costumes, está ainda se processando.

Para concluir, devemos fazer a relação entre as duas afirmações colocadas no início: a primeira referia-se à constituição de redes de circulação de informações na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, como indutoras ao que se poderia chamar de uma nova revolução logística; a segunda, quando consideramos o território brasileiro, é aquela referente à sensibilidade dos sistemas produtivos às mudanças para a produção flexível, ainda caracterizado pela forte concentração econômica regional.

A formação de redes de circulação de informação e os investimentos em infraestrutura rodoviária no Brasil acompanham, em outro ritmo têmporo-espacial, as mesmas tendências que já se consolidam nos países “avançados”, condicionadas pelas discontinuidades que já configuram o território brasileiro, comprovadas pelas mudanças na divisão do trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Ake. *Les quatre revolutions logistiques. UTH 2001 (Urbanisme et technologies de l'habitat)*. Paris: Ministère de l'Équipement, du Logement, des Transports et de la Mer, n. 15, maio/1990, p. 1-14.
- AYDALOT, Philippe. *Dynamique spatiale et développement inégal*. Paris: Economica, 1980.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris: PUF, 1992.
- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.
- CLERC, Denis. “Em direção a uma economia multipolar”. In: VÁRIOS. *O mundo hoje/93. Anuário econômico e geopolítico mundial*. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 440-442.
- DIAS, Leila C. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- FISCHER, André. *Industrie et espace géographique*. Paris: Masson, 1994.
- GAY, Jean-Christophe. *Les discontinuités spatiales*. Paris: Economica, 1995.
- HUBERT, Jean-Paul. *La discontinuité critique. Essai sur les principes a priori de la géographie humaine*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1993.
- JAPIASSU, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- MOURÃO, Paulo F. C. *A industrialização do oeste paulista. O caso de Marília*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1994 (dissertação de mestrado).